

# Gastos do País?

O orçamento de Cr\$ 626 trilhões para 1986 está

JORNAL DA TARDE — 9

# Governo decide sozinho.

sendo examinado pelo Congresso. Mas ele não tem poder para fazer alterações.

A Nova República, no seu primeiro exercício financeiro completo, vai administrar recursos no montante de Cr\$ 626,6 trilhões, em 1986, sem qualquer participação do Congresso Nacional e sem a prometida "transparéncia" nos gastos públicos, pois o orçamento da União do ano que vem é uma peça de entendimento difícil para o cidadão comum. Na opinião do ministro João Sayad, do Planejamento, o Poder Legislativo somente reconquistará suas prerrogativas a partir da votação da nova Constituição. Porém, o quadro permanecerá inalterado, pois a futura carta magna provavelmente só entrará em vigor a 1º de janeiro de 1989.

O orçamento da União para 1986, contido num volume de 733 páginas, começa a ser examinado efetivamente pelo Congresso Nacional, esta semana, através de uma comissão mista de 51 senadores e deputados. Mesmo que os parlamentares queiram, não haverá meios legais que permitam alterações no orçamento, o que é vedado pelo artigo 65 da Constituição. Assim, a única alternativa é o Congresso devolver ao Poder Executivo o orçamento intacto, em 30 de novembro próximo, um mês antes do início de sua execução.

Como exemplo de que não há nenhuma transparéncia na destinação do dinheiro cobrado de impostos da população, basta verificar que o Código 2700.16080332.924 destina Cr\$ 115,8 bilhões para atividades a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, vinculado ao Ministério dos Transportes. Não são citadas que atividades são estas. Poderia estar explicitado, para a análise de todos os contribuintes, que tais recursos se destinariam à compra de máquinas, à recuperação de tal rodovia, número de quilômetros e em tal Estado e município.

Outro caso típico de total falta de transparéncia é o Código 1100.03070214.069 que dispõe de Cr\$ 62,5 bilhões para a coordenação geral dos sistemas de pessoal civil e de serviços gerais, a cargo da Presidência da República. Se algum cidadão interessar-se pelo assunto, terá de procurar a Secretaria de Orçamento e Finanças, na Quadra 516, Bloco D, Lote 8, Asa Norte, em Brasília, ou o próprio administrador do Palácio do Planalto.

Difícil de interpretar, também, o Código 1300.04094112.042 acompanhado da expressão "coordenação de assuntos internacionais de agricultura", naturalmente a cargo do Ministério da Agricultura, que terá recursos para esta atividade em 1986 da ordem de Cr\$ 3,2 bilhões. Por outro lado, há itens mais compreensíveis, como o Código 2202.09510355.464, que trata da participação da União no capital das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., mais conhecida como Eletrobrás. A quantia que a União transferirá a esta estatal por aquele código não é nada desprezível: Cr\$ 500 bilhões.

Nem o recém-criado Ministério da Cultura escapa da falta de transparéncia do seu orçamento. Pouca gente saberá realmente o que se entende por "etnias e sociedade nacional", que serão contempladas com Cr\$ 5 bilhões, sob o Código 3402.08482476.466.

Entretanto, o orçamento da União nunca foi ilegível do ponto de vista do cidadão comum, conforme depoimento dos técnicos mais antigos da assessoria de orçamento e fiscalização financeira da Câmara dos Deputados. O último orçamento da União "transparente" foi o de 1964, cujo Diário Oficial que o tornou público está guardado naquela repartição. Lá está escrito que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) gastaria, naquela ano, Cr\$ 150 mil em prêmios, em medalhas ou diplomas conferidos pelos salões oficiais.

Qualquer cidadão, mesmo dos locais mais distantes, ficaria sabendo pelo Diário Oficial o quanto de recursos seu Estado ou município receberia de transferências do governo federal, pois lá estava escrito, não só o montante como também a sua finalidade. E ainda com uma vantagem: os deputados e senadores gozavam da prerrogativa de introduzir mudanças no orçamento e até mesmo criar despesas, o que não acontece atualmente. O orçamento de 1964 não passa, hoje, de uma peça histórica, de uma época em que a administração pública era, de fato, transparente.

Valter Melo,  
da Sucursal de Brasília